

DIGNIDADE NA VIDA DE LUÍSA MAHIN: UMA MULHER À FRENTE DE SEU TEMPO NO SÉCULO XVIII

Rute Leite Medeiros

DOI: <https://doi.org/10.29327/5365336.1-9>

RESUMO

O uso da literatura como fonte ou objeto de pesquisa vinculada à história é muito frequente e comum, pois esta será imprescindível para reconstruir a vida e obra desta mulher anônima - Luísa Mahin - que serviu de corpus para esta pesquisa. Além disso, através das obras literárias, é possível estabelecermos diversas pontes com a análise de documentos originais, que estão disponíveis para serem analisados, para buscarmos o maior número de dados e informações possíveis para fazê-la emergir ao local que lhe julgamos devido, para que essa mulher seja reconhecida na representação da história do nosso Brasil. Como o tema desta pesquisa propõe: Dignidade Na Vida de Luísa Mahin: Uma Mulher à Frente de seu Tempo no Séc. XVIII temos como objetivo tratar sobre a representatividade intercultural de Luísa Mahin que, direto da senzala e na sua condição de escrava, conseguiu romper com as limitações impostas pelas circunstâncias de sua época, ascender e mudar o seu entorno a ponto de marcar a história. Como aportes teórico-metodológicos, utilizaremos os estudos de Gerda Lerner (2019), Vera L. G. Kessamiguiemon (2002) entre outros. Bem como estamos analisando documentos históricos para aportar caminhos e trazer mais informações sobre ela que revolucionou sua época e a sociedade.

Palavras-chave: História; Literatura; Gênero; Interculturalidade.

RESUMEN

El uso de la literatura como fuente u objeto de investigación ligado a la historia es muy frecuente y común, pues será fundamental reconstruir la vida y obra de esta mujer anónima que sirvió de corpus para esta investigación. Además, a través de las obras literarias es posible establecer varios puentes con el análisis de documentos originales que se encuentran disponibles para ser analizados con el fin de buscar la mayor cantidad de datos e información posible para hacerla emerger al lugar que creemos se debe para ello. mujer tenga su representación en la historia de nuestro reconocido Brasil. Como

propone el tema de esta investigación: La dignidad en la vida de Luísa Mahin: una mujer adelantada a su tiempo en el siglo XVIII, pretendemos abordar la representación intercultural de Luiza Mahin, quien directamente desde la esclava y en su condición de esclava logró romper con las limitaciones impuestas por las circunstancias de su tiempo, ascender y cambiar su entorno hasta el punto de marcar historia. Como aportes teórico-metodológicos utilizaremos los estudios de Gerda Lerner (2019), Vera L. G. Kessamigiemon (2002) entre otros. Así como también estamos analizando documentos históricos de la mencionada autora para brindar vías y traer más información sobre ella quien revolucionó su tiempo y la sociedad.

Palabras clave: Historia; Literatura; Género; Interculturalidad.

INTRODUÇÃO

Gerda Lerner (2019), autora da obra *A Criação do Patriarcado*, considerada uma das maiores referências no campo de estudos sobre a mulher, os papéis de gênero e dominação masculina, ao expor sua tese a respeito da cultura patriarcal, afirma tratar-se de um processo histórico que transcorreu em um longo período de mais de 2.500 anos e que vai pondo em evidência, cada vez mais, a figura masculina e diminuindo a importância da representação feminina, paradoxalmente, diante da relevância da mulher e do seu papel ativo na sociedade. Lerner argumenta que muitas teorias tentam explicar o papel dessa subordinação pela ótica do determinismo biológico, o que é um equívoco, pois seus estudos evidenciam que as questões culturais construídas ao longo da história são mais significativas. Na sua ótica, a visão tradicionalista desconsidera o fato de que homens e mulheres modernos não vivem mais em estado natural e a própria história da civilização demonstra que a humanidade se distanciou da natureza, criando e aperfeiçoando a cultura.

Sob a perspectiva de gênero e o viés histórico-literário, conduzimos esta pesquisa, que sem abandonar os rigores do estudo científico, de forma original, aprofunda o olhar sobre a história contada e não contada dessa

mulher, anônima e sem voz, que durante os séculos XVIII rompeu com os obstáculos culturais de sua época e ousou expor seus pensamentos, em uma conjuntura política, social e econômica totalmente desfavorável, na qual a escravidão e submissão da mulher, sua suposta fragilidade e inferioridade eram culturalmente aceitas como algo natural.

A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO SOB A MÁSCARA LITERÁRIA

Ao tratarmos das questões de gênero que envolvem o papel das mulheres na história da humanidade, dentre outras áreas do conhecimento, a literatura nos permite, a partir de várias perspectivas, enxergar de que forma as mulheres sempre foram discriminadas e em quais aspectos ainda são consideradas invisíveis, apesar de sua inquestionável contribuição como agentes da história e da civilização (LERNER, 2019).

Através das literaturas podemos analisar e compreender os diversos discursos que foram registrados no decorrer dos séculos, identificar o valor e o papel da mulher em determinada época, muitas vezes mascarados pelo discurso masculino, implícito na cultura patriarcal, mas que podem ser perfeitamente percebidos pela sensibilidade de quem honestamente quer pesquisar sobre o tema e lançar novos olhares sobre a questão feminina e sua produção intelectual. Como bem coloca a autora Telles (1992) acerca da intelectualidade da mulher:

Historicamente, o discurso dominante (androcêntrico) reforçou a ideia de inferioridade intelectual feminina e, nesse sentido, podemos dizer que a figura da autora foi deformada [...] e para se chegar a ela é preciso ler através das ocultações que apontam conflitos sincrônicos entre as representações da mulher, as representações de sua desfiguração e sua afirmação pela escrita (TELLES, 1992, p. 45-46).

No campo da arqueologia, as pesquisas acadêmicas e o trabalho de

alguns institutos culturais foram determinantes, e ainda tem sido, para trazer à luz a valiosa contribuição de escritoras do passado, seja na prosa, na crônica ou na poesia.

No Brasil, a inserção da mulher no cenário literário foi lenta e árdua devido a questões de poder e de ideologia. A abertura ou acesso das mulheres à leitura e à literatura foi claramente discriminatória, sendo até consideradas seres inferiores intelectualmente em detrimento dos homens e, portanto, o pensamento e a escrita seguiam o mesmo patamar. Apesar de algumas pesquisas evidenciarem a capacidade intelectual de muitas mulheres, que era inquestionável, muitas vezes só existia de modo eventual.

Fica evidente que a mulher era desprovida de direitos e até de vontade própria, pois enquanto solteira obedecia aos pais, mais precisamente a figura masculina e, quando se casava, essa dominação passava para o marido. Estamos falando de mulheres brancas e de posses, que tinham pais influentes e um bom dote (LERNER, 2019) que facilitaria a essa mulher um bom casamento do ponto de vista social. “[...] à mulher – branca, de família de posses – cabia-lhe a reclusão do lar, onde vivenciava a aprendizagem das atividades domésticas [...]” (KESSAMIGUIEMON, 2002, p. 1). Ou seja, o que se aprendia era de forma prática e manual, passado oralmente e, portanto, não havia incentivo para a mulher ler e tão pouco escrever. As mulheres não tinham liberdade de irem a lugar algum fora do recôncavo doméstico, sendo impedidas, até mesmo, de transitarem em certos ambientes dentro de sua própria morada, pois a sua integridade moral era relacionada e medida conforme sua maior ou menor liberdade de locomoção e ciclo de relações pessoais.

Do isolamento da casa paterna, a mulher poderia ausentar-se através do casamento para tornar-se, então, **reclusa em sua própria casa**. Ao mesmo tempo, a presença da mulher solteira em casa – em particular nos sertões – era um perigo para a família, cuja honra era um peso a ser carregado; assim, a grande preocupação

era arranjar-lhe um “bom” matrimônio (KESSAMIGUEMON, 2002, p. 2, grifo nosso).

A poetisa, jornalista e professora Narcisa Amália (1856-1924) tornou-se uma referência nos estudos literários feministas acerca desse quadro de limitações vivido pela mulher e faz, por escrito, uma queixa que virou referência ou uma voz que ecoou em prol da mulher:

A pena obedece ao cérebro, mas se o cérebro submete-se antes ao poderoso influxo do coração, como há de a mulher revelar-se artista se os preconceitos sociais exigem que o seu coração cedo perca a proibidade, habituando-se ao balbucio de significantes frases convencionais? (TELLES, 1997, p. 404).

Esse preconceito também partia das mulheres, que para aquelas que sobressaíam e conseguiam galgar outros patamares, como ser professora, essas mulheres sofriam preconceitos de todas as ordens e principalmente o que maculava a sua imagem de mulher recatada, educada, de bons costumes e de moral ilibada passando, muitas vezes, a serem comparadas as prostitutas da época.

[...] Mas, a dona de casa que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”. Em vez de ser admirada por ser ‘boa trabalhadora’, como o homem em situação parecida, a mulher com o trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário (FONSECA, 2001, p. 516, grifos do autor).

Um das hipóteses que podemos considerar do porquê algumas mulheres, mesmo brancas, ricas e da elite foram esquecidas na história, mesmo tendo sido relevantes para sua época, é que a cultura da época fazia as mulheres viverem enclausuradas dentro de casa, seria empecilho para que as mesmas pudessem tanto ter acesso ao estudo, como também para uma ínfima minoria que os pais permitiram estudar.

LUÍSA MAHIN E A HISTÓRIA NÃO CONTADA

Desde algum tempo pesquisando sobre o trabalho de mulheres autoras do século XVIII, encontramos a história dessa escrava, que conseguiu comprar sua alforria e a de seu filho, custear os estudos dele em Direito, apenas vendendo cocada, em uma época que a mulher era invisível.

Foi com muita dificuldade que as mulheres iniciaram a ruptura dessa cultura preconceituosa e, em meados do século XVIII, algumas começaram a publicar seus livros, poderíamos dizer àquelas que se fizeram conhecer ou ficaram conhecidas através da citação de algum autor masculino, que, de alguma forma, abriu um pequeno espaço para essas mulheres publicarem, porém outras de igual ou até maior importância histórica, ficaram esquecidas ou são pouco conhecidas pelo universo da literatura.

O cruzamento cultural entre os negros africanos, indígenas e portugueses foram intensos, notadamente na língua e nas outras formas de cultura. De acordo com Paiva (2001):

As trocas culturais e os contatos entre povos [...] desde a chegada dos portugueses [...] era ampla a vivência cultural da população negra no Brasil colonial, refletindo amplamente na sociedade do período (PAIVA, 2001, p. 185).

A isso, nos dias de hoje, chamamos de interculturalidade, que é um conceito que promove políticas e práticas que estimulam a interação, compreensão e o respeito entre as diferentes culturas e grupos étnicos.

Infelizmente, estamos acostumados, no Brasil, a elegermos uma data comemorativa, e passarmos um mês falando nas escolas sobre os temas transversais que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs institucionalizaram, mas se perguntarmos a qualquer brasileiro quem eram os negros africanos, eles sempre contarão a história na perspectiva do homem branco colonizador.

Não é divulgado que o nosso jeito de falar no diminutivo é uma herança da negra africana que cantava para os filhos dos senhores feudais.

Um povo que conseguia adaptar as canções dos seus colonizadores à própria língua africana e transmiti-la para as crianças brancas, só nos prova a grandiosidade desse povo em termos de cultura. Enquanto o colonizador português escravizava e se aproveitava do trabalho e da amamentação das negras para cuidar dos seus filhos, tornavam-nas cada vez mais poderosas, pois elas tinham, em seu favor, a educação dos filhos do senhor feudal, que antes de adquirirem a aquisição da leitura e da escrita na escola, adquiriam-na, primeiramente, com o contato com as “negrinhas”, termo utilizado pelo colonizador para subordiná-la, não percebia que essas negras valorosas estavam colocando na nossa história da Língua Portuguesa, sua assinatura, influências e, portanto, sua cultura.

O escritor Freyre (2001, p. 343) nos traz uma contribuição e até uma explicação do porquê os portugueses tinham tanta urgência em impor sua língua aos escravos, pois os filhos dos brancos eram cuidados pelas escravas negras, que tinham sua cultura e que, pouco a pouco, foi influenciando a fala dos meninos brancos, vejamos:

Quantas “mães-pretas”, amas de leite, negras cozinheiras e quitandeiras influenciaram crianças e adultos brancos (negros e mestiços também), no campo e nas áreas urbanas, com suas histórias, com suas memórias, com suas práticas religiosas, seus hábitos e seus conhecimentos técnicos? Medos, verdades, cuidados, forma de organização social e sentimentos, senso do que é certo e do que é errado, valores culturais, escolhas gastronômicas, indumentárias e **linguagem, tudo isso conformou-se no contato cotidiano desenvolvido entre brancos, negros, indígenas e mestiços na Colônia (FREYRE, 2001, p. 343, grifo nosso).**

Podemos inferir nas palavras de Freyre (2001), na citação supracitada, que os negros oriundos da África, não só tinham uma linguagem, como aos poucos inseriu essa linguagem na Língua Portuguesa através dos contatos que tinham com os filhos de seus colonizadores e que por se tratarem de crianças que ainda não tinham um código linguístico

determinado, tampouco tinham ainda recebido a influência da escola, essas crianças foram aprendendo uma linguagem que vigora até os nossos dias, tamanha era a cultura desse povo.

Lerner (2019, p. 33) enfatiza em sua principal obra, a Criação do Patriarcado, que os homens aprenderam a dominar e estruturar seu grupo hierarquicamente, praticando essa dominância sobre as mulheres, e esse processo se deu ao longo da história da humanidade, com a escravização das mulheres dos grupos dominados.

Ao iniciar esta pesquisa e imergir na história não contada das mulheres que colaboraram de maneira relevante para transformação e construção cultural, chamou-nos bastante atenção, dentre essas mulheres anônimas encontradas, a história de Luísa Mahin, mulher negra, de origem africana, arrancada de sua terra natal e trazida para o Brasil como escrava. O que se tem escrito sobre ela foi registrado por seu filho Luís Gama, o primeiro advogado negro do Brasil, a ser reconhecido como tal. Em uma carta escrita por ele, fala de sua mãe como: “Uma negra, africana livre, da Costa da Mina”. Luísa Mahin é heroína da Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, na cidade de Salvador.

As hipóteses e indagações da pesquisa nos vão ajudar a compor a história dessa mulher e, através de sua trajetória, a história não contada ou mal contada do próprio povo e nação brasileira, pois como pôde ficar no anonimato, uma mulher que se sobressaiu tanto a ponto de ser reconhecida como heroína? E mais, acredito que uma simples pessoa escravizada, analfabeta, encarcerada, desprovida de qualquer pretensão intelectual ante a sua condição, não conseguiria chegar a tal nível de reconhecimento, se não tivesse verdadeiramente uma participação importante na história, tão relevante que, por meio de seu ventre, nasce um negro, bastardo que vai se formar em Direito a ponto de ocupar a cadeira nº 15 da Academia Paulista de Letras, tendo sido advogado e jornalista, conhecido e reconhecido como

um dos mais combativos abolicionistas.

Segundo a historiadora Lígia Fonseca Ferreira, A riqueza de detalhes e o testemunho pessoal atribuem veracidade a narração de Gama, ampliando as possibilidades de aceitação da personagem. Luísa pertencia à nação Nagô-Jeje, originária do Golfo do Benin. Era do povo Mahin, daí seu sobrenome. Ela sempre negou o batismo e manteve suas tradições africanas acima das doutrinas cristãs. Sua casa teria sido o quartel general da Revolta dos Malês em 1835 (FERREIRA, 2011 *apud* SANTOS, 2019, n. p.).

A falta de registros em papel, como documentos da existência de Luísa Mahin não pode ser desculpa para continuarmos desmerecendo ou tentando apagar a vida e história dessa mulher. Um primeiro passo, para o seu reconhecimento e de sua existência, foi a sua inscrição no Panteão da Pátria que vem romper com os cânones da literatura em direção da valorização da tradição e cultura negra-brasileira, como uma entidade histórica, sendo mais um passo para o reconhecimento e fortalecimento da consciência étnica do povo afro-brasileiro.

Para mostrarmos que tanto ela como as demais pessoas, conhecidas na nossa história e nos livros didáticos como os negros da África, eram pessoas que, como já falamos, tinham uma história, uma memória e uma cultura que o colonizador insistiu em apagar, para justificar os desmandos de seus atos.

O Brasil só aboliu a escravidão há menos de 131 anos e é natural ver alguns nomes de heróis afro-brasileiros sendo reconhecidos cada vez mais no Panteão da Pátria, um memorial cívico inaugurado em 1986 para homenagear personalidades brasileiras.

No “Livro dos heróis e heroínas da pátria”, já constam nomes como Luís Gama, Anita Garibaldi, Zumbi dos Palmares e Heitor Villa-Lobos. Recentemente, o Senado aprovou a inclusão de duas lideranças negras: Dandara, líder quilombola que articulava as estratégias de Palmares ao lado

do marido, Zumbi, e Luísa Mahin, considerada uma das maiores lideranças negras contra a escravidão na Bahia do século 19, mãe do abolicionista Luís Gama. Ambas são símbolos da luta feminina contra a escravidão (SANTOS, 2019).

Há escolas atualmente que ainda ensinam a nossa história por uma perspectiva do colonizador, ou seja, fazendo-nos crer que os negros trazidos da África eram analfabetos, aculturados, e com publicações de pesquisas nesta área, como, por exemplo, no livro “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro, “Casa-grande & Senzala” de Gilberto Freyre, entre outros, quando lemos as pesquisas e procuramos buscar nossa verdadeira história fica inaceitável considerar esses negros analfabetos. Portanto, falar em escravos negros analfabetos vindos da África é não reconhecer um povo que tinha uma vida, uma família, que falavam sua língua e que, portanto, tinham cultura. Na citação supracitada, fica claro que as escravas trazidas da África influenciaram na linguagem das crianças e, principalmente, dos filhos dos senhores feudais, uma vez que essas crianças eram cuidadas pelas negras escravas que cantavam as canções de ninar trazendo um tempero a mais para a nossa Língua Portuguesa, como é o caso das formas de falar no diminutivo.

E para provar o que afirmamos aqui, Freyre (2001) nos diz que a nossa herança cultural africana é visível no jeito de andar e no falar do brasileiro, pois:

Na ternura, na mímica excessiva, [...] em que se deliciam nossos sentidos, na música, **no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno**, em tudo que é expressão sincera de vida, **trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar.** Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. **Da negra velha que nos contou as primeiras histórias** de bicho e de mal-assombrado (FREYRE, 2001, p. 348, grifo nosso).

Ainda na tentativa de fazermos ver que a nossa história é mal contada

nas escolas até os dias de hoje, pois a história que nos foi passada e que algumas escolas difundem, infelizmente, é de um povo negro, segregado, vazios de cultura e sem alma por ter a cor da pele negra, um absurdo! Nos estudos feitos sobre nossa Língua Portuguesa, a influência negra é pouco citada, ou, no máximo, tratamos de uma influência emocional, física, de costumes e trejeitos, porém não é tratado que na estrutura da nossa língua tem-se uma herança rica dos negros, que são os verdadeiros heróicos retumbantes de nossa história, e que não pode ser negada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A herança cultural trazida pelo povo africano é indiscutível, bem como essa herança também foi construída por mulheres africanas, como Luísa Mahin, que também doaram suas vidas, foram guerreiras e lutaram para modificar a realidade de seu entorno, o que para a época já era um grande feito.

O reconhecimento de Luísa Mahin é necessário e justo. Muito embora o que se tem sobre essa mulher são relatos de seu filho, mas nosso intuito é buscar mais e mais informações que venham contribuir para dar visibilidade e reconhecimento a ela.

Seu filho a descreve como uma mulher forte e plural, que foi quitandeira laboriosa e também revolucionária em insurreições escravas. Com isso, apesar de toda essa invisibilidade vivida pelas mulheres no século XVIII, algumas conseguiram, por vários motivos, que discorrêssemos mais profundamente sobre elas em nossa tese, buscando romper com essa realidade mesmo em meio a uma sociedade patriarcal, tolhedora, machista e preconceituosa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Lígia Fonseca (Org.). **Com a palavra, Luiz Gama**: poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

FONSECA, Claudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GAMA, Luiz. **Primeiras Trovas Burlescas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KESSAMIGUIEMON, Vera L. G. A educação da mulher e a produção literária feminina na transição entre os séculos XIX e XX. **Revista Teias**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2002. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23915>. Acesso em: 22 dez. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SANTOS, Ale. O racismo da academia apagou a história de Dandara e Luísa Mahin. **The Intercept Brasil**. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/03/dandara-luisa-mahin-historia/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

TELLES, Norma. Autora+a. *In*: JOBIM, Luiz (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. *In*: PRIORI, Mary de. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SOBRE A AUTORA

Rute Leite Medeiros

Doutoranda em Língua Modernas em Filologia pela Universidade de Salamanca - USAL. Mestre pela Universidade de Salamanca - Espanha em Antropologia em Iberoamérica, na especificidade da Antropologia Linguística. Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba e Especialização em Língua Portuguesa pela mesma instituição. É Coordenadora Acadêmica de um Polo da Universidade Cruzeiro do Sul, Polo EaD de Paulistana. Foi professora dos Cursos EaD da UNISSAU por dois

anos (2014-2016). Foi professora substituta pelo Instituto Federal da Paraíba. Tem experiência na área de ensino em Cursos Superiores de Letras, Pedagogia e Direito. Revisora de livros, trabalhos acadêmicos.

E-mail para contato: ruteleiteensinojjcr@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4289248075229329>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2533-8094>